

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM ESTUDO DO ESTADO DA ARTE

## PUBLIC POLICIES FACING EVASION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: A STUDY OF THE STATE OF ARTE

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMIENTO DE LA EVASIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: UN ESTUDIO DEL ESTADO DEL ARTE

Sirlei Nadia Schirmer<sup>1</sup>  
sirleischirmer@furg.br

Gionara Tauchen<sup>2</sup>  
giotauchen@gmail.com

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as pesquisas sobre a evasão na Educação Superior realizadas no país no período de 2010 a 2017. O estudo é de natureza qualitativa, bibliográfica, do tipo Estado da Arte. Os dados foram produzidos por meio da Análise de Conteúdo das teses disponibilizadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Os resultados apontam que as políticas públicas educacionais implementadas para responder às demandas de acesso e permanência dos estudantes na Educação Superior, seja pública ou privada, ainda não resultam de forma eficaz para o enfrentamento dos efeitos da evasão. Do mesmo modo, há necessidade das IES incluírem no seu planejamento de gestão um conjunto de indicadores que envolvam o acompanhamento do desempenho acadêmico, possibilitando mapear e agir sobre os motivos que os levam a evadir, ou seja, o acompanhamento da trajetória formativa do estudante, resultando em um processo preventivo do abandono. Portanto, o estudo aponta que as políticas educacionais têm-se voltado ao resgate da cidadania, da plenitude de direitos sociais e da inclusão social, contudo, elas não são efetivas para a permanência e a conclusão do curso. Constata-se uma fragilidade nas estruturas de apoio à permanência, não possibilitando a superação das demandas da formação básica, financeiras ou de cunho emocional, a fim de que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e tenham sucesso na sua formação universitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** EVASÃO; ACESSO; PERMANÊNCIA; EDUCAÇÃO SUPERIOR; POLÍTICA EDUCACIONAL.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande .

## ABSTRACT

This article aims to analyze the surveys about the evasion in Higher Education carried out in the country between 2010 and 2017. The study is qualitative, bibliographical, of the State of Art type. The data were produced through the Content Analysis of theses made available in the Bank of Thesis and Dissertations of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel. The results point out that the public educational policies implemented to respond to the demands of students' access and permanence in Higher Education, whether public or private, still do not effectively result in coping with the effects of evasion. Likewise, HEIs need to include in their management planning a set of indicators that involve the monitoring of academic performance, making it possible to map and act on the reasons that lead them to evade, that is, the follow-up of the formative trajectory of the student, resulting in a preventive process of abandonment. Therefore, the study points out that educational policies have been aimed at recovering citizenship, full social rights and social inclusion, however, they are not effective for the permanence and completion of the course. It is possible to overcome the demands of basic training, financial or emotional, so that students not only enter, but remain and succeed in their university education.

**KEY WORDS:** EVASION; ACCESS; PERMANENCE; COLLEGE EDUCATION; EDUCATIONAL POLITICS.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las investigaciones sobre la evasión en la Educación Superior realizadas en el país en el período de 2010 a 2017. El estudio es de naturaleza cualitativa, bibliográfica, del tipo Estado del Arte. Los datos fueron producidos por medio del Análisis de Contenido de las tesis disponibles en el Banco de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior. Los resultados apuntan que las políticas públicas educativas implementadas para responder a las demandas de acceso y permanencia de los estudiantes en la Educación Superior, ya sea pública o privada, aún no resultan de forma eficaz para el enfrentamiento de los efectos de la evasión. De igual modo, hay necesidad de que las IES incluyan en su planificación de gestión un conjunto de indicadores que involucran el acompañamiento del desempeño académico, posibilitando mapear y actuar sobre los motivos que los llevan a evadir, o sea, el acompañamiento de la trayectoria formativa del estudiante, resultando en un proceso preventivo del abandono. Por lo tanto, el estudio apunta que las políticas educativas se han vuelto al rescate de la ciudadanía, de la plenitud de derechos sociales y de la inclusión social, sin embargo, ellas no son efectivas para la permanencia y la conclusión del curso. Se constata una fragilidad en las estructuras de apoyo a la permanencia, no posibilitando la superación de las demandas de la formación básica, financiera o de cuño emocional, a fin de que los estudiantes no sólo ingresen, sino que permanezcan y tengan éxito en su formación universitaria.

**PALABRAS CLAVE:** EVASIÓN; ACCESO; QUEDARSE; EDUCACIÓN UNIVERSITARIA; POLÍTICA EDUCATIVA.

## INTRODUÇÃO

O acesso e a permanência na Educação Superior vêm sendo objeto das políticas educacionais<sup>3</sup> vinculadas à expansão deste nível de ensino realizada no Brasil a partir da década de 1990, destacando-se: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) estabelecido pela Lei nº 10.260, de 2001 e o Programa “Universidade para Todos” (ProUni) instituído pela Lei nº 11.096, de 2005, ambos criados para a rede privada da Educação Superior; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), designado pelo Decreto nº 6.096, de 2007, que orienta a expansão e interiorização das universidades federais.

Nesse cenário, Paula (2017) expõe que o aumento de vagas não apresenta um seguimento das políticas que assegurem a conclusão dos cursos de graduação na mesma proporção de ações de permanência<sup>4</sup>. Isso faz com que muitos desses estudantes acessem as instituições públicas e privadas de Educação Superior e se evadam antes de concluírem a graduação, incidindo no fenômeno da inclusão excludente (EZCURRA, 2011).

O termo evasão é entendido pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1997)<sup>5</sup> como abandono do estudante, isto é, refere-se à saída definitiva do curso de origem, sem conclusão. Voos (2016) expressa que a evasão pode ser entendida como a rejeição do ambiente acadêmico decorrente, por exemplo, da dificuldade para socializar-se e adaptar-se ao ambiente universitário, da sensação de isolamento social e acadêmico, e da falta de integração. Mas o que sabemos sobre a evasão dos estudantes dos cursos de graduação? Quais as causas e os aspectos relacionados?

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo analisar as pesquisas sobre a evasão na Educação Superior realizadas no país no período de 2010 a 2017. Para tanto, as teses selecionadas foram analisadas com o intuito de encontrar as categorias de análise e assim levantar os pontos comuns ou não existentes entre os autores, e colocando-os em possibilidade de diálogo em um estudo bibliográfico sobre a evasão na Educação Superior.

3 Para Van Zanten (2008), as políticas educacionais podem ser definidas como programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e que são implementadas pela administração e os profissionais da educação.

4 Os dados estatísticos serão apresentados no desenvolvimento do texto.

5 Comissão constituída por: Ministério da Educação e Cultura (MEC); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES); Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); e Secretaria de Educação Superior (SESU). Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wpcontent/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2018.

A revisão da literatura demonstra a dimensão que o fenômeno da evasão tomou dentro das instituições da Educação Superior. A suspensão do ciclo de estudos é um problema, tanto para as instituições privadas como para as públicas, pois a saída de estudantes é uma perda intelectual, financeira e social. Segundo o último censo realizado pelo INEP<sup>6</sup> (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) da Educação Superior no ano de 2015, a taxa de evasão no ensino superior está em torno de 21%. Esse índice sinaliza uma fragilidade na Educação Superior, já que, no ano da realização do Censo, oito milhões de estudantes estavam matriculados, isto equivale a mais de um milhão de estudantes, evadidos por motivos diversos, que optaram por abandonar a graduação.

Diante dessa realidade, o presente artigo destaca algumas questões que permeiam a discussão das pesquisas em um adensamento teórico para avançar em novas ressignificações e ações sobre o entendimento do conceito de evasão na Educação Superior e suas causas: as políticas públicas de educação e institucionais para minimizar os efeitos da evasão; o acompanhamento da trajetória formativa do estudante; e a inclusão excludente das políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa é qualitativa (MINAYO, 2010), de natureza bibliográfica do tipo “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, pois tem o propósito de “[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (FERREIRA, 2002, p. 258). O estudo foi realizado nos meses de março a junho de 2017, junto ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As teses publicadas entre os anos 2010 e junho de 2017 foram selecionadas por meio dos seguintes descritores: evasão, retenção, permanência, Educação Superior e REUNI. Após a realização da pesquisa por meio dos descritores, foram identificadas 35 teses que atendiam ao primeiro critério para seleção. No entanto, para desenvolver o objetivo do estudo foram selecionadas 11 teses, após a leitura dos resumos. A Tabela 1 apresenta as teses selecionadas com título, autor, IES e ano.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2019.

Tabela 1- Dados gerais das teses selecionadas (título, autor, IES e ano):

Título	Autor	IES	Ano
Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas ProUni dos Cursos de Licenciaturas	ROCHA, Cleonice Silveira	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2015
Ações Afirmativas na Ufrgs: Racismo, Excelência Acadêmica e Cultura do Reconhecimento	GRISA, Gregório Durlo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2015
A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos	COSTA, Silvio Luiz da	Universidade de São Paulo	2016
Práticas Discursivas e Subjetivação do Sujeito Evadido do Curso de Matemática da Universidade Estadual de Maringá	FERREIRA, Luciano	Universidade Estadual de Maringá	2016
Evasão e Permanência na Educação Superior – Uma Perspectiva Discursiva	HOURI, Mônica de Souza	Universidade Federal Fluminense	2016
Prejuízos da Evasão nos Cursos de Engenharia: Um Estudo de Caso	OLIVEIRA, Josimar Alcantara de	Universidade Paulista	2016
As Trajetórias Estudantis em Licenciaturas com Baixas Taxas de Diplomação: Tendências e Resistências	PAZ, Cláudia Terra do Nascimento	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2016
A Permanência na Universidade Analisada sob a Perspectiva Bioecológica: Integração entre Teorias, Variáveis e Percepções Estudantis	SCHMITT, Rafael Eduardo	Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2016
Políticas de Permanência de Estudantes na Educação Superior: em exame as Universidades Comunitárias Catarinenses	VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	2016
Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP – Ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004	ADACHI, Ana Amélia	Universidade de São Paulo	2017
A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes	SILVEIRA, Fernanda Romanezinha	Universidade Estadual de Campinas	2017

Fonte: Elaboração própria das Autoras deste documento, 2019.

Dessa forma, já com as teses selecionadas, iniciou-se o processo de análise por meio da Análise de Conteúdo, considerando as seguintes etapas (BARDIN, 1977, 2011):

1) Pré-análise, triagem e organização do material a ser pesquisado por meio de “leitura flutuante” (BARDIN, 2011) das teses. Para Bardin (2011), nesse momento alguns indicadores devem ser respeitados durante a interpretação do material coletado, que são a exaustividade (refere-se à deferência de todos os componentes constitutivos do Corpus); representatividade (a amostra analisada corresponde ao total de teses selecionadas); homogeneidade (os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer aos critérios precisos de escolha) e pertinência (a documental responde ao questionamento a que se propõe o estudo);

2) Exploração do material das operações de codificação, isto é, operações de recorte, agregação e enumeração das informações textuais, representativas das características do conteúdo, as quais são identificadas por meio de palavras-chave que, ao serem agregadas, constituem as categorias iniciais. Posteriormente, as categorias iniciais foram agrupadas em categorias intermediárias e estas, aglutinadas em função da ocorrência dos temas, produziram as seguintes categorias finais: 1. A evasão na educação superior brasileira; 2. Políticas de Educação Superior para os estudantes com risco de evasão; 3. Políticas institucionais de apoio à permanência para minimizar a evasão; e 4. Inclusão excludente.

Na última fase de tratamento dos dados, realizou-se a análise das categorias, interpretadas conforme embasamentos teóricos e conhecimentos já desenvolvidos em torno da temática. Para Bardin (2011), esse é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, que terá como referência a discussão realizada pelos autores das teses.

## A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A evasão ou abandono estão caracterizados, de acordo com Rocha (2015), como um processo pelas demandas pessoais dos estudantes de forma voluntária ou obrigatória<sup>7</sup>. Isso significa que o estudante não continua seus estudos no curso em que está matriculado, portanto não consegue concluir. Nesse sentido, Paz (2016) coloca que o evadido é o estudante que não concluiu e nem está vinculado a um curso de graduação na instituição de estudo.

Observa-se que diferentes autores percebem a evasão como um processo complexo. Rocha (2015) e Silveira (2017) expressam que a evasão abrange uma diversidade de variáveis (pessoais, acadêmicas, socioeconômicas, institucionais) que devem ser compreendidas sob diferentes teorias, sejam elas psicológicas, sociológicas, pedagógicas, econômicas ou organizacionais. Ristoff (1999) corrobora

<sup>7</sup> Voluntário ou obrigatório depende das circunstâncias internas ou externas ao estudante. (GONZÁLEZ; ESPINOZA; LOPÉZ, 2013).

quando associa a evasão à satisfação de expectativas de pessoas, quando interferem os fatores e as variáveis objetivas e subjetivas, isto é, quando convergem múltiplas causas que precisam ser entendidas no contexto socioeconômico, político e cultural e de inadequações do sistema educacional. Nessa linha de pensamento, Rocha (2015) assume que esse fenômeno complexo não pode ser analisado fora de um contexto histórico, pois reflete a realidade de níveis anteriores de ensino, influenciando de diversas maneiras no abandono de um curso de graduação.

Já para a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1997), sua complexidade e abrangência vêm trazendo preocupação, visto que os estudos sobre o tema, sobretudo aqueles que apresentam resultados parciais ou conclusivos, trazem somente dados estatísticos, não contemplando informações que o qualifiquem para um melhor entendimento do significado do fenômeno nas universidades do mundo contemporâneo, sendo um acontecimento com características relativamente homogêneas, apesar das características sócio-econômico-cultural de cada país.

Para o entendimento do fenômeno de abandono dos estudantes no ensino superior, Polydoro (2000) ressalta que é necessário a adoção de alguns critérios ao abordar a evasão: a instância da qual o estudante se evadiu (curso, instituição e sistema); a autoria da decisão (voluntária ou desligamento institucional); a forma como o estudante evadiu (cancelamento ou abandono, fez uma transferência interna ou externa, trancamento, dentre outras); o período em que o estudante permanece evadido (evasão definitiva ou temporária); o momento em que ocorre a evasão (início, meio ou no final do curso); entre outros aspectos. Nesses critérios elencados por Polydoro (2000), a mobilidade estudantil em que o estudante muda de curso ou de instituição é associada com a evasão. No entanto, para Ristoff (1999) são conceitos totalmente diferentes, pois a mobilidade não é fuga, nem desperdício, mas investimento, é uma tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as reais potencialidades que o indivíduo reconhece nele mesmo.

Outro termo que necessita ser diferenciado de evasão é o de exclusão. Conforme Bueno (1993), a evasão tem o peso da responsabilidade no próprio estudante que decide se desligar do âmbito acadêmico; a exclusão outorga a responsabilidade às instituições educativas, por não terem mecanismos de aproveitamento e direcionamento do estudante nos espaços educativos.

Nesse aspecto, a evasão é a não concretização de expectativas e tem-se convertido em uma problemática social-educativa com consequências nos aspectos econômicos, sociais, profissionais, pessoais, familiares, em qualquer que seja o nível de educação. Evidencia-se principalmente no desperdício de vagas e de oportunidades para outros sujeitos que almejam estudar e, desde a perspectiva do estudante, pela representação de um atraso ou cancelamento de um sonho, pela perda

de oportunidades de trabalho, de crescimento pessoal, entre outras consequências (ROCHA, 2015; OLIVEIRA, 2016). Na mesma lógica, Oliveira (2016) indica que a evasão traz desperdício de tempo e dinheiro, além de outras consequências materiais e até mesmo psicológicas que o abandono de uma formação superior pode trazer para o sujeito.

Com relação à classificação da evasão, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão (BRASIL, 1997) apresenta os seguintes tipos: 1º) do curso de origem sem concluí-lo, pode ser por desligamento do curso superior em função do abandono (não matrícula), transferência ou *reopção*, trancamento e/ou exclusão por norma institucional; 2º) da Instituição, acontece pela mudança de Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes); e 3º) do sistema, é o abandono definitivo da Educação Superior.

Com relação às causas da evasão, a literatura aponta vários fatores que levam o estudante a evadir-se da Educação Superior. Algumas já identificadas pela supracitada Comissão tais como: características individuais dos estudantes, fatores internos e externos às instituições.

Os fatores referentes às características individuais do estudante podem ser relativos às habilidades de estudo; relacionados à personalidade; à formação escolar anterior; à escolha da profissão; à adaptação a vida universitária; à incompatibilidade entre a vida acadêmica e as cobranças do mundo do trabalho; ao desencanto ou à desmotivação dos estudantes com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; às dificuldades na relação ensino-aprendizagem, expressas em reprovações constantes ou na baixa frequência às aulas; à falta de conhecimento a respeito da natureza dos cursos; e à descoberta de novos interesses que levam à realização de um novo processo seletivo.

Já os fatores internos às instituições se referem às questões acadêmicas como: currículos desatualizados; pré-requisitos; falta de compreensão sobre o projeto pedagógico do curso; questões didático-pedagógicas como os critérios de avaliação do desempenho acadêmico; falta de formação pedagógica ou desinteresse docente; ausência ou poucos programas institucionais para apoio ao estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento); cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; escassa estrutura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios de ensino, equipamentos de informática), entre outros.

Os fatores externos às instituições são relativos: ao mercado de trabalho; ao prestígio social da carreira escolhida; à qualidade da escola do Ensino Fundamental e Médio; às conjunturas econômicas; à desvalorização da profissão; às dificuldades financeiras do estudante, às dificuldades de atualização das instituições perante os avanços tecnológicos, econômicos e sociais; e à ausência de políticas governamentais sólidas e continuadas voltadas à Educação Superior (BRASIL, 1997).

Outro fator que pode ser considerado vinculado às características individuais do estudante é o “estudante trabalhador” (COSTA, 2016; HOURI, 2016; OLIVEIRA, 2016; PAZ, 2016) que prioriza o trabalho e não o estudo, não conseguindo, muitas vezes, conciliar o horário do trabalho com as disciplinas a serem cursadas, ou ainda currículos sem flexibilidade para adaptação desse perfil de estudante, incidindo na gestão do tempo para seus estudos e para o deslocamento para a universidade.

Nessa linha de pensamento, Voos (2016) destaca a relação da evasão com a persistência do estudante em concluir o curso. Para o autor,

o conceito de persistência diz respeito à progressão do estudante na carreira, a qual se configura, como um compromisso de caráter pessoal em atingir determinado objetivo. Assim configurada, a persistência do estudante, é uma condição necessária para a terminalidade da graduação, porém não é suficiente se outros fatores não a tornarem evidentes. (VOOS, 2016, p. 53).

Para Paz (2016) a responsabilidade pela evasão é do estudante que apresenta uma postura ativa de desligar-se por sua própria vontade. Porém, para Rocha (2015), atrelar a evasão à persistência do estudante na diplomação é uma resposta simplista, uma vez que a causa da evasão pode estar associada a múltiplos fatores como a desestruturação do Ensino Básico e Médio, que ampliou sua oferta de escolas públicas sem considerar o contexto que, muitas vezes, é econômica e socialmente desfavorecido, não garantindo a qualidade necessária para permanecer em um curso superior (HOURI, 2016; COSTA, 2016; FERREIRA, 2016; ADACHI, 2017).

Conforme Rocha (2015), a falta de base do estudante pode ocasionar reprovações sucessivas em determinadas disciplinas e levá-lo ao abandono, já que não apresenta o capital cultural<sup>8</sup> desejado. Quando ocorrem sucessivas reprovações, o estudante não permanece na sequência aconselhada de seu curso, adiando o tempo planejado institucionalmente para diplomação (PAZ, 2016, p. 84-85).

Dessa forma, é fundamental acompanhar os estudantes ao longo do curso, ou seja, sua trajetória acadêmica para compreender o fenômeno da retenção (PAZ, 2016; VOOS, 2016). Assim, a instituição poderá intervir e oferecer ao estudante estratégias para uma trajetória exitosa. Tinto (2012) considera como período crítico o primeiro ano, durante a transição do nível básico para o superior; de um ambiente familiar para um ambiente impessoal; das expectativas sobre a carreira e a instituição; e do desconhecimento de canais ou instrumentos institucionais necessários à superação dos conflitos que surgem no percurso acadêmico.

<sup>8</sup> Para Bourdieu (2004), capital cultural compreende não somente os conhecimentos escolares, mas toda habilidade ou conhecimento, tais como domínio da linguagem culta; raciocínio lógico; matemática e ciência; informações sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino.

## POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS ESTUDANTES COM RISCO DE EVASÃO

As políticas públicas<sup>9</sup> para Educação Superior são previstas no Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>10</sup>, estabelecendo, em um período de dez anos, três pontos fundamentais: elevar a porcentagem de matrículas nesse nível de ensino em relação à população de 18 a 24 anos em 50% (os dados do IBGE/2015 marcam 34,6%); elevar a porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior para 33% (o índice está em 18,1%, segundo dados do IBGE/2015); e ofertar pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público conforme dados do MEC do ano de 2016.

Nesse contexto, dentre as políticas educacionais para as instituições públicas federais, destacam-se o REUNI e a Lei de Cotas<sup>11</sup>, e para as instituições privadas o Fies e o ProUni, como forma de ampliar as possibilidades de acesso. Nesse sentido, Rocha (2015) expressa que:

a expansão da educação superior faz com que o governo crie novas formas de acesso e permanência para os estudantes. Neste cenário, está o ProUni como uma política da democratização do acesso e permanência na educação superior nas instituições privadas e o programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais com o Programa de Reestruturação e Expansão (Reuni). (ROCHA, 2015, p.30).

No que tange ao Programa REUNI, dentre seus propósitos, objetivou-se “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. (BRASIL, 2007, p. 10). Para aderir ao REUNI, as universidades apresentaram ao Ministério da Educação (MEC) Planos de Reestruturação e Expansão de acordo com as Diretrizes Gerais (2007)<sup>12</sup> do Programa, como condição para receberem mais recursos e atender às demandas sociais de acesso e permanência na Educação Superior (COSTA, 2016; HOURI, 2016; SILVEIRA, 2017).

9 Para Lopes (2008), as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) implementam para atender o bem-estar da sociedade e o interesse público.

10 Lei nº 13.005/2014 estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

11 Lei de Cotas nº 12.711/2012 que delibera o direito a um percentual de vagas aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas para ingressarem nas universidades federais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

12 Documento Diretrizes Gerais REUNI, agosto de 2007, podem-se observar as diretrizes que nortearam as propostas formuladas pelas universidades para adesão ao REUNI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Os planos elaborados pelas IFES deveriam contemplar e atender às diretrizes descritas no Art. 2º, do Decreto nº 6.096, de 2007, que informa:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007).

Com base no exposto, o documento *Censo da Educação Superior: Notas Estatísticas 2017*<sup>13</sup>, elaborado pelo Inep, exemplifica por meio dos dados a expansão e o crescimento das matrículas nas universidades federais quando apresenta que no ano de 2017 há 63 universidades com aproximadamente 1,1 milhão de estudantes matriculados, comparado aos 615,542 estudantes matriculados no ano de 2007, demonstrando que “em dez anos, a rede federal mais que dobrou de tamanho” (BRASIL, 2018).

Esse processo expansionista não resolveu de forma significativa os índices de abandono nas universidades federais, criando um paradoxo na relação direta entre a expansão e a evasão. Essa realidade fica notória pelos dados exibidos na Sinopse Estatística da Educação Superior/Inep<sup>14</sup>, quando apresenta no ano de 2017 o ingresso de 310.235 mil estudantes que estão iniciando seu ciclo de estudos nas universidades federais e no mesmo ano 135.970 mil concluintes que estão encerrando sua trajetória formativa. Isso significa, uma defasagem entre o ingresso e a diplomação dos estudantes. Então, se a rede federal duplicou sua oferta de vagas, não ocorreu na mesma proporção o número de concluintes, isso nos leva a identificar que, nesse período temporal, a evasão acompanhou o processo de expansão.

Por outro lado, o mesmo relatório do Inep coloca que a rede privada totaliza 75% do sistema de Educação Superior, em outras palavras, 2.152 Instituições de Educação Superior (IES) privadas com aproximadamente 6,2 milhões de estudantes matriculados, que representam “no Brasil, em cursos presenciais há 2,5 alunos matriculados na rede privada para cada aluno matriculado na rede publicada”

13 Documento disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2019.

14 Sinopse Estatística da Educação Superior. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

(BRASIL, 2018). Por isso, justifica-se a orientação PNE de ofertar no segmento público 40% das novas matrículas na Educação Superior.

Diante desta realidade de estudantes matriculados nas instituições privadas, temos as políticas públicas que atendem essa demanda pelos Programas ProUni<sup>15</sup> e/ou Fies<sup>16</sup>. Segundo o Inep, o percentual de matrículas com algum tipo de financiamento ou bolsa em 2017 corresponde 46,3% do total dos estudantes matriculados na rede privada.

Diante desses dados, Hourí (2016) salienta que a expansão da Educação Superior acarretou outras necessidades,

incluindo questões de estrutura física e de pessoal, tais quais, aquisição de novos equipamentos, construção de novos *campi*, principalmente no interior, processo conhecido como interiorização das instituições que, de uma maneira geral, estavam situadas nas capitais dos estados, aumento de alunos por turma, aumento do pessoal docente para atender a expansão da educação superior, dentre outras. (HOURI, 2016, p. 88).

Além das necessidades estruturais e humanas que a expansão demandou, a ampliação de vagas nas instituições também colocou em destaque outra realidade com o ingresso de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, antes excluídos desse processo (COSTA, 2016; HOURI, 2016).

Costa e Paz (2016) salientam que a ampliação do acesso aos menos desfavorecidos garantiu aos indivíduos maior mobilidade social e, ao mesmo tempo, disfarçando as injustiças de uma sociedade desigual, dando maior legitimidade ao discurso de que todos têm oportunidades, de que basta querer lutar por elas. Nesse sentido, Bourdieu (2003) expressa que “operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima” (BOURDIEU, 2004, p. 58).

Dessa forma, a distância entre o acesso e o graduar-se, para muitos estudantes de renda menos favorecida, advindos da escola pública, que muitas vezes enfrentam grandes desafios para o bom desempenho e continuidade de seus estudos superiores, exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, apresentando diferentes dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico e, por isso, estariam mais sujeitos a terem dificuldade para concluir o curso universitário.

Nessa perspectiva, Ezcurra (2009) utiliza a metáfora para descrever a ampliação da oferta de vagas na Educação Superior: “la presunta puerta abierta a la

15 O Programa Universidade para Todos (Prouni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

16 O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior para estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260/2001. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

educación superior para aquellos estratos no es tal, sino que se trata de una puerta giratoria” (EZCURRA, 2009, p. 62). Ou seja, a entrada para muitos estudantes de baixa renda pode se tornar uma porta giratória, tanto no sentido de que nem todos a atravessam, mas também no sentido de que muitos vão mudando (cursos) sem saírem do lugar ou retornam ao mesmo lugar, não significando a possibilidade de uma transformação mais significativa nas condições de existência, mesmo com os investimentos para que ele permaneça na instituição (PAZ, 2016).

Tanto a permanência quanto a evasão são decorrentes de muitos fatores que emergem durante a vivência estudantil, a partir da interação com a realidade do contexto e das expectativas iniciais. Para Adachi (2017), o apoio com recursos pessoais e/ou institucionais tende a contribuir na permanência até a conclusão dos estudos, no entanto, os que estão desprovidos de condições subjetivas ou objetivas podem ser levados para a evasão, “avalia-se que nem toda desigualdade dada no ponto de partida determina as chances de êxito, ou que sujeitos com características específicas não estão destinados a não concluir o curso.” (ADACHI, 2017, p. 34).

Entre os obstáculos que apresentam os estudantes para a permanência nos cursos de ensino superior, segundo a pesquisa de Santos, Santos, Davoglio (2013), estão os aspectos financeiros<sup>17</sup>, a escolha precoce da carreira e a falta de valorização social da profissão (com dificuldades empregatícias futuras ou baixos rendimentos). Apontam que a permanência dos estudantes depende das gestões e políticas institucionais<sup>18</sup>, acadêmicas e curriculares. Portanto, a preocupação das instituições sobre a permanência e conclusão do curso faz diferença na trajetória do estudante.

No entanto, segundo Rocha (2015), a forma de reduzir a evasão e a exclusão durante sua permanência no curso depende das políticas públicas das instituições de Educação Superior, as quais devem atender às necessidades dos diferentes grupos e garantir o apoio integral considerando a renda e a escolaridade, a relação de desempenho e a escolaridade da família e a relação do capital cultural associando o desempenho não apenas a uma capacidade do indivíduo.

Dentre as políticas desenvolvidas pelas instituições se ressalta a assistência estudantil, a qual é definida por Garrido (2012, p. 2) como um “conjunto de medidas adotadas pelas instituições de ensino superior que estão voltadas para garantir a permanência e a conclusão de curso da população estudantil que dela dependa”. Neste sentido, Houry (2016) diz o seguinte:

17 Para Oliveira, principalmente o estudante de baixo recurso, “por falta de dinheiro e também pela falta de aquisição de capital cultural”. (OLIVEIRA, 2016, p. 26).

18 Entende-se por política institucional das IES aquela que abrange as diretrizes; princípios orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão; perfil dos servidores; perfil dos estudantes; avaliação e planejamento; e objetivos estratégicos que orientam as ações da instituição.

Garantir a permanência é, em grande medida, garantir a continuação das transformações ocasionadas pelo ingresso de “novos perfis” de alunos, no sentido de construir uma universidade socialmente referenciada. A permanência deve ser olhada em suas três dimensões complementares, quais sejam Dimensão Material, Dimensão Pedagógico-Institucional e Dimensão Simbólico-Subjetiva. (HOURI, 2016, p. 232).

Sob esse aspecto, observa-se que as universidades têm a responsabilidade de oferecer muito mais que formação e atendimento de critérios constitucionais. Para ser considerada de “qualidade” também se deve levar em conta sua transformação e reorganização a partir das necessidades dos seus estudantes e da realidade social para a qual está formando cidadãos. Suas ações podem estar, segundo Costa (2016, p.201), em “desenvolver estratégias que permitam identificar problemas acadêmicos com maior precocidade e oferecer intervenção preventiva”.

Também são necessárias políticas de valorização da permanência, que procurem acolher e acompanhar os estudantes durante a vida universitária, criando condições para superar as limitações por fatores de ordem econômica ou de dificuldades de aprendizagem, propiciando conexões entre professores, alunos veteranos e ingressantes para facilitar o acesso às informações, adaptação ao mundo acadêmico e orientações oportunas sobre mudança de área ou de curso (COSTA, 2016).

## POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE APOIO À PERMANÊNCIA PARA MINIMIZAR A EVASÃO

Estudar a evasão permite refletir sobre os problemas identificados referentes às causas, adotar medidas pedagógicas e criar políticas para intervenção e mudança da problemática da evasão (OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, Tinto (apud SILVEIRA, 2017, p. 72) apresenta um modelo de ações, no qual as instituições devem considerar cinco eixos para orientar suas práticas e programas, os quais, para terem sucesso, precisam estar conectados entre si: 1) expectativas estudantis (correspondentes às metas individuais e demandas acadêmicas); 2) suporte social e acadêmico (o apoio social, acadêmico e financeiro deve ser acessível a todos os estudantes); 3) avaliação e *feedback* (permitem gerar ajustes num tempo oportuno); 4) envolvimento (condiciona a aprendizagem e permanência); e 5. Ações administrativas.

Schmitt (2016), por sua vez, aponta que grande parte das ações institucionais se têm dirigido à criação de programas e iniciativas com suporte acadêmico e social ao estudante no período do primeiro ano na universidade. Entre as ações de assistência ao estudante de graduação, as pró-reitorias têm desenvolvido diferentes programas e projetos que apresentam semelhanças nos seus objetivos e formas de

operacionalização, com variação na nomenclatura, tal como apresenta Voos (2016): Programa de Apoio Pedagógico, Política de Atendimento aos Discentes; Programa de Atenção aos Discentes, Programa de Orientação à Carreira e Empregabilidade e Programa de Acompanhamento Psicopedagógico. Ou, ainda, projetos como o do Professor Conselheiro com intuito de acolher e orientar os estudantes (Rocha, 2015) e o Projeto de Controle, Acompanhamento e Contenção da Evasão, como um esforço por parte dos setores interessados em minimizar os efeitos da evasão na instituição.

Para dar suporte à permanência nas universidades federais, em consonância ao Reuni, implementou-se o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)<sup>19</sup> no ano de 2010, como mecanismo de suporte aos estudantes de perfil socioeconômico vulnerável matriculados em cursos de graduação presencial das Ifes, com o objetivo de viabilizar igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir na permanência e conclusão dos estudos, como uma medida para combater situações de repetência e evasão. O Pnaes contempla as seguintes áreas de assistência: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O Programa também estabelece que a responsabilidade da execução das ações é da IES, a qual deve definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados, bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações.

Voos (2016) apresenta os seguintes princípios que devem ser tomados em conta para garantir a permanência dos estudantes

a) o encorajamento da interação entre alunos e professores; b) reciprocidade e cooperação entre acadêmicos; c) viabilidade de técnicas de aprendizagem ativa; d) devolutiva imediata dos resultados da avaliação; e) atenção ao tempo de estudo; f) compartilhar objetivos elevados; e g) respeito à diversidade de capacidades e habilidades dos estudantes, reafirmam os pressupostos descritos, até esta altura, na ótica de diferentes, proponentes. (VOOS, 2016, p.70).

A autora também sugere ações pretensas para combater a evasão, por meio de acompanhamento e monitoramento do estudante que deve iniciar a partir do primeiro ano do seu curso, já que a “a evasão pode acontecer em qualquer momento do curso.” (VOOS, 2016, p.149). Essas ações de acompanhamento e monitoramento devem ser de responsabilidade dos setores de apoio e/ou de relacionamento com o estudante, com a utilização de um instrumento que ajude a identificar a evidência dos fatores pessoais aos fatores relacionados à opção pelo curso, às expectativas e ao

<sup>19</sup> Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

grau de satisfação com o curso e à instituição e ao desempenho acadêmico; e qual a contribuição do serviço prestado para a permanência do estudante com a intenção de saber, pelos dados coletados, as causas da evasão e, também, o que faz o estudante permanecer na instituição (VOOS, 2016).

Outra forma, apresentada por Silveira (2017) na assistência aos estudantes é oferecer informações sobre as exigências da instituição para o seu sucesso, principalmente da primeira geração que pode apresentar dificuldade no processo de admissão e nas oportunidades para a experiência no campo laboral (estágios, entrevistas de emprego simuladas ou emprego a longo prazo).

Nesse sentido, cabe às instituições IES assumir uma nova postura no enfrentamento do fenômeno da evasão que retrata a não concretização de expectativas, tanto do estudante como da instituição, e de múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto da Educação Superior. Para Costa (2016) assumir uma nova postura construída na mudança de atitude, que venha refletir na mudança da cultura institucional de “expulsar alunos, de trabalhar com os melhores, vê-los como portadores de dificuldades e não de possibilidades” (COSTA, 2016, p. 201).

Diante do exposto, os papéis dos gestores universitários têm relevância para mudança de postura quanto ao fenômeno da evasão. Nessa perspectiva, Voos (2016) contribui ao colocar que o comprometimento para a permanência envolve tanto o estudante quanto a instituição, num processo recíproco de troca. Porém, é necessária a compreensão dos termos comprometimento e compromisso. Fellicetti e Morosoni estabelecem diferença entre os termos: “[...] o comprometimento é muito maior que o compromisso”, “[...] o compromisso é entendido e relacionado a tudo aquilo que é feito, enquanto que o comprometimento se refere a como se faz, ou seja, este último é constituído do que se faz e como se faz” (FELLICETTI e MOROSONI, 2010, p.25). Logo, o comprometimento do estudante refere-se ao seu envolvimento individual no processo de aprendizagem, que também depende do comprometimento da gestão que está relacionada à prática que norteia os processos e ações institucionais, para promover um ambiente de qualidade. Nesse comprometimento mútuo, é possível estabelecer que o sucesso estudantil também constitui um indicador de sucesso institucional (SCHMITT, 2016).

Outro aspecto a ser considerado pela gestão, conforme Costa (2016), é a “evasão planejada” ou “desejada”, quando não apresenta trabalhos efetivos para permanência do estudante, que se encontra respaldo nos estudos de Ezcurra (2011) sobre os discursos que centralizam a culpa pelo fracasso nos estudantes e que deixam de reconhecer o papel das instituições nos processos de evasão. Nesse sentido Costa (2016) corrobora o seguinte:

É coerente com os relatos de evadidos que não foram procurados pela IES após o abandono, a não ser por questões financeiras ou burocráticas. Nesse caso, não prevalece a estratégia do mercado da satisfação dos clientes, ou de ligar para saber se foi bem atendido. Não se vai atrás, como também não há incentivo para que os professores fiquem atentos às situações de alunos que possivelmente estejam em processo de abandono. Pode-se deparar com ações isoladas, mas as preocupações com a permanência não fazem qualquer eco aos investimentos pesados nas estratégias de captação de novos alunos. (COSTA, 2016, p.189).

Por outro lado, pode-se integrar à constatação de Costa (2016) sobre a “evasão planejada”, a Lei Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) que, no Art. 49, quando prevê a transferência de alunos regulares para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. No Art. 50 expressa que, quando da ocorrência de vagas, será aberta matrícula nas disciplinas aos alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio. E, mais recentemente, a Lei Nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação - PNE orienta, na Meta 12, que as instituições estimulem mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo.

## INCLUSÃO EXCLUDENTE

As políticas de Educação Superior trazem no seu escopo a expansão de vagas e a permanência no sentido da democratização do sistema. Essas políticas “são importantes porque possibilitam conquistas, incomodam estruturas sedimentadas pelo tempo, mas que têm se revelado incapazes de transformar as próprias realidades que as geraram” (COSTA, 2016, p. 65). Porém não são suficientes para a inclusão das camadas social e historicamente excluídas e ainda têm um importante papel legitimador reafirmando que as oportunidades estão para todos. Como completa Paula e Silva (2012):

Partimos do princípio de que a ênfase na política de expansão e massificação não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com integração crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, integrando nesses índices as camadas subalternizadas da população, com garantia de qualidade na formação. A vigilância constante sobre a qualidade dos cursos de graduação, as taxas de conclusão e o perfil socioeconômico dos concluintes e dos que evadem nos parece essencial, não apenas para atestar ou não o sucesso do processo como para produzir feedbacks sobre as políticas adotadas. (PAULA e SILVA, 2012, p. 7)

Para Costa (2016) as políticas compensatórias<sup>20</sup> contribuem para o processo de massificação da Educação Superior, e garantem maior participação das camadas sociais desfavorecidas da sociedade, sendo incluídas de forma delimitada, pois “paga-se um preço para adentrar nos novos espaços, superar dificuldades e, na maioria das vezes, frequenta-se a borda dos lugares mais privilegiados” (COSTA,2016, p.66). Nesse sentido, “novos jogadores, todos acatando as regras do jogo, com maior ou menor confiança na justiça do árbitro, e a vitória não será de todos, mas o resultado será incontestável como consequência do desempenho dos jogadores” (DUBET, 2012, p. 58).

Para exemplificar as variações no que se refere ao número de vagas, de ingressos e concluintes na Educação Superior nas universidades federais no período 2010 a 2017, apresenta-se a Tabela 2.

Tabela 2 - Vagas, ingressos e concluintes em cursos de graduação presenciais em universidades federais do Brasil de 2010 a 2017:

Ano	Vagas	Ingressos	Concluintes	Taxa de Concluintes
2010	218.152	222.126	88.106	39,66%
2011	231.530	224.950	92.429	41,09%
2012	239.942	238.594	89.709	37,60%
2013	245.933	233.693	99.343	42,51%
2014	251.748	233.667	108.862	46,59%
2015	260.227	236.593	112.667	47,62%
2016	275.624	283.885	132.645	46,72%
2017	309.649	310.235	135.970	43,83%

AUTORAS (Base nas sinopses estatísticas do MEC/INEP de 2010 a 2017) 2019.

Percebe-se na Tabela 2 que ocorreu aumento das vagas nesse período, mas evidencia-se no ano de 2016 uma diferença no aumento de ingressos, com aproximadamente 50 mil adicionais e para o ano de 2017 30 mil a mais. No que tange aos concluintes, o número aumentou de forma progressiva proporcionalmente ao número de vagas que as instituições estavam oferecendo.

20 Para Silva (2010), política compensatória é toda e qualquer ação e investimento do poder público que visa a promover a melhoria das condições de vida de indivíduos e de famílias a finalidade de garantir-lhes o acesso a bens e serviços que assegurem vida digna.

As taxas de concluintes sinalizam a quantidade de evadidos, sejam por fatores subjetivos, institucionais ou externos à instituição, as quais correspondem a mais de 50% dos estudantes que ingressam. Cabe salientar que, nesse período temporal mencionado na Tabela 2, políticas públicas foram implementadas nas universidades federais: REUNI, com a finalidade de ampliação do acesso e permanência dos estudantes, Lei de Cotas que garante a reserva de 50% dos oriundos do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, e o Pnaes reafirmando a ampliação das condições de permanência dos estudantes. Porém, não foi suficiente para garantir ao estudante que entra a sua conclusão acadêmica. Sob esse aspecto, Paula (2017) corrobora quando expressa:

Essas iniciativas enfrentam barreiras relacionadas à permanência desses estudantes no sistema, pois eles enfrentam dificuldades materiais e acadêmicas, relativas à sua trajetória na educação básica e ao seu capital econômico, social e cultural. O aumento de vagas e a possibilidade de ingresso ampliado, em alguns casos, assim como a reserva de vagas a segmentos mais vulneráveis, em outros, não são acompanhados satisfatoriamente por políticas que garantam a conclusão dos cursos de graduação. (PAULA, 2017, p. 306).

A partir dessa perspectiva, quando o estudante não conclui o curso, caracteriza-se como evasão. Ezcurra (2011) expressa que o fenômeno se tem configurado como uma inclusão excludente, que pode ser associada a uma porta aberta à Educação Superior para os segmentos desfavorecidos socialmente, que pode ser metaforicamente associada a uma porta giratória, isto é, o estudante ao entrar pode ficar girando muitas vezes, sem encontrar a saída ou encontra saída sem o seu diploma. Essa constatação de Ezcurra, por meio de estudos sobre a massificação da Educação Superior na América Latina, expressa que se tem caracterizado como “*una inclusión excluyente, según clases y sectores sociales, socialmente condicionada* (EZCURRA, 2011, p. 62)”. Ou seja, o elevado índice de evasão ao longo do percurso universitário demonstra a urgência e importância das políticas de permanência para a reversão de tal realidade (HOURI, 2016).

Essa percepção pode ser reiterada por Costa (2016) que percebe a inclusão excludente como processo de acesso delimitado à Educação Superior. Acesso que não garante conclusão para todos e nem é oferecido para todos nas mesmas condições. Para alguns, se apresenta como um processo de continuidade e de consolidação de oportunidades e, para outros, a superação de muitas dificuldades, pois fazem parte de um grupo de

alunos provenientes dessas camadas carregam a insuficiência de uma formação de origem, trazem hábitos e procedimentos de uma cultura escolar e também de um meio social, que não são os tradicionalmente valorizados na cultura acadêmica. De qualquer modo, eles pertencem agora a este

meio social e batalham para sobreviver. Inclusos, mas nem tanto. (COSTA, 2016, p. 65).

Ou ainda, conforme Houri (2016), os estudantes que estão entrando também estão saindo antes de completar sua formação, num perverso processo de inclusão excludente, ou seja, o aumento de vagas [...] não é acompanhado por políticas que garantam a conclusão, fazendo com que os alunos adentrem as portas da educação superior e saiam antes de se formarem (HOURI, 2016, p. 162).

Nesse contexto, as políticas que incentivam o acesso à Educação Superior produzem resultados e consequências que podem representar um ganho para equidade social, mas também “cria formas desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos” (MARTINS, 2003, p. 66), já que não garante a todos que ingressam recursos financeiros ou ações para que permaneçam em seus estudos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, pelo estudo realizado, que o fenômeno da evasão não é somente uma questão educacional, mas também social, econômica e política. O desafio de minimizar os índices de evasão determinaria um impacto nas trajetórias dos estudantes, além de um impacto financeiro e social positivo para as instituições de Educação Superior.

Assim, a evasão é caracterizada como um fenômeno complexo, associado a múltiplas causas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural; e também no educacional que carrega consigo prejuízos materiais e desgastes psicológicos para o estudante.

Perante esse contexto, como forma de responder às questões trazidas pela evasão, políticas foram criadas para abarcar a demanda do acesso e da permanência estudantil nas IES. Cabe salientar que ao ingressar o estudante apresenta expectativas referentes ao seu processo de formação, o qual dependerá do seu grau de comprometimento com a aprendizagem que refletirá no seu desempenho acadêmico. No entanto, é necessário que as instituições ofereçam um suporte na assistência estudantil que perpassa ações acadêmicas, sociais e financeiras para estudantes com perfil de vulnerabilidade.

Por outro lado, também é necessário um processo contínuo de avaliação e *feedback* da trajetória formativa do estudante, como forma para o acompanhamento e monitoramento por meio de programas e projetos, somando-se a um comprometimento institucional que fomente um acompanhamento permanente; espaços de convívio

entre docentes e estudantes veteranos; e portais com informações atualizadas e de interesse para a comunidade universitária.

A trajetória é entendida, segundo Paz (2016), como o percurso realizado pelos estudantes nos cursos de graduação, dentro de um sistema pré-definido pelo Projeto Pedagógico do Curso, que orienta os estudantes no tempo e no espaço acadêmico. Para tanto, seu estudo exige dados longitudinais para analisar a progressão do estudante desde o ingresso na instituição até a conclusão de seus estudos. Esses dados permitem “[...] que a instituição formule políticas para medir as taxas de evasão ou conclusão, usando definições específicas” (SILVEIRA, 2017, p. 67).

Cabe salientar que acompanhar a trajetória estudantil implica olhar os movimentos dos estudantes durante a formação, possibilitando “refletir sobre as paradas e retornos dos estudantes em seus cursos, sobre suas aprovações e reprovações”, observando “suas facilidades e dificuldades em cumprir com um percurso formativo” (PAZ, 2016, p. 87).

Desse modo, a trajetória do estudante precisa de uma ponderação dos desdobramentos históricos, do comportamento dos indivíduos envolvidos em determinado contexto social e institucional com determinadas características de partida que guiaram o desenvolvimento do estudante, bem seja para a evasão como para a permanência (ADACHI, 2017).

As políticas educacionais têm-se voltado ao resgate da cidadania, da plenitude de direitos sociais, da inclusão social, contudo, não estão garantindo a permanência e a conclusão do curso pelo estudante. Desse modo, as IES, federais e privadas, intensificaram suas ações para ampliar as condições de acesso, porém há uma fragilidade nas estruturas de apoio à permanência, não possibilitando a superação das carências da formação básica, financeiras ou de cunho emocional, a fim de que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e tenham sucesso na sua formação universitária.

A evasão é um fato social inerente às instituições que, já prevendo uma margem de evasão, que se pode até denotar como planejada, acionam mecanismos para o preenchimento das vagas ociosas respaldos pela legislação que reconhece a "cultura da evasão". Assim, as IES possuem o desafio de averiguar e levantar as causas motivadoras da evasão, com a finalidade reduzir as taxas de evasão, no sentido de estabelecer uma discussão sólida para a melhor compreensão do processo, tornando-se fator imperativo para a redução de seus índices. Isso significa também a necessidade de criar mecanismos para acompanhar a trajetória formativa do estudante que ingressa na Educação Superior, com relação às suas dificuldades, projeções de futuro, sonhos e perspectivas profissionais, com o intuito de atingir suas necessidades para se adaptar ao novo sistema educativo, o que exige maior

autonomia, conhecimentos prévios formais de maior complexidade, a sua integração ao ambiente social e acadêmico.

Do mesmo modo, há necessidade das IES incluírem no seu planejamento de gestão um conjunto de indicadores que envolvam o desempenho acadêmicos tais como: informações para classificar os níveis de risco; níveis de aprovação e reprovação, se estão relacionados às notas ou ao abandono; qualidade da prática pedagógica, que possa mensurar, classificar e analisar a quantidade de estudantes e os motivos que os levam a se evadirem. Conseqüentemente, essa análise possibilitará a identificação das causas da evasão e, com base nesses dados, cada instituição projetará estratégias para minimizar os efeitos de forma contextualizada.

Portanto, o presente trabalho não se exaure nos temas abordados. Trata-se de mais um espaço que se abre para discussão a partir dos dados dos estudos aqui apresentados, visando contribuir, de fato, com o campo das políticas educacionais que envolvem a evasão na Educação Superior.

## REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. Evasão de estudantes de cursos de graduação da USP - Ingressantes nos anos de 2002, 2003 e 2004. **Tese (Doutorado em Estado, Sociedade e Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France \_\_\_\_\_. Análise de conteúdo. SP: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: [https://cienciaetecnologiaassociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre\\_bourdieu\\_-\\_os\\_usos\\_sociais\\_da\\_cic3aancia.pdf](https://cienciaetecnologiaassociedades.files.wordpress.com/2011/10/pierre_bourdieu_-_os_usos_sociais_da_cic3aancia.pdf). Acesso em: 29 jan.2019.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília: ANDIFES; ABRUEM; SESu; MEC, 1997. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wpcontent/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 1 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 31 de jan, 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI. Brasília. DF: MEC, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Objetivos. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em 31 de jan. de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017: Divulgação dos Principais Resultados**. Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf). Acesso: 27 de maio de 2019.

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de alunos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. Ribeirão Preto, n. 5, p. 9-16, Aug. 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em : 29 Jan. 2019.

COSTA, S. L. da. A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DUBET, F. **Repensar la justicia social**: contra el mito de la igualdad de oportunidades. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

EZCURRA, A. M. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). **Pedagogia Universitária**. São Paulo, EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. Masificación y enseñanza superior: una inclusión excluyente. Algunas hipótesis y conceptos clave. En: LAMARRA, Norberto Fernandez y Paula, Maria de Fátima Costa (Compiladores). **La democratización de La educación superior en América Latina**. Argentina: EDUNTREF, 2011.

FELLICETTI, V. L.; MOROSONI, M. C. Do compromisso ao comprometimento: o estudante e a aprendizagem. In: \_\_\_\_\_. **Educar em Revista**, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/02.pdf>. Acesso em: 31 de jan, 2019.

FERREIRA, L. Práticas discursivas e subjetivação do sujeito evadido do curso de matemática da Universidade Estadual de Maringá. **Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)** - Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática -, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 79, 2002.

GARRIDO, E. N. Assistência Estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual no Brasil. *In: Seminário Universidade Sociedade*, Bahia, 2012. Disponível em: [http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO\\_E.pdf](http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf). Acesso em: 29 Jan.2019.

GRISA, Gregório Durlo. Ações Afirmativas na Ufrgs: Racismo, Excelência Acadêmica e Cultura do Reconhecimento. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2015.

HOURI, M. de S. Evasão e Permanência na Educação Superior – Uma Perspectiva Discursiva. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

JUNIOR, J. da S. S. e REAL, G.C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, 2017.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; WAHRENDORFF, R. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINAYO. M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. ed. 12. São Paulo: HUCITEC - ABRASCO, 2010.

OLIVEIRA, J. A. de. Prejuízos da Evasão nos Cursos de Engenharia: Um Estudo de Caso. **Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)** - Programa de Pós-Graduação Em Engenharia de Produção -, Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

PAULA, M.F.C.; SILVA, M.G.M. Introdução. **As políticas de democratização da educação superior nos Estados do Rio de Janeiro e de Mato Grosso: produção de pesquisas e questões para o debate**. Cuiabá: EDUFMT, 2012.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200301&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200301&script=sci_abstract). Acesso em: 29 jan.2019.

PAZ, C. T.do N. As Trajetórias Estudantis em Licenciaturas com Baixas Taxas de Diplomação: Tendências e Resistências. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2016.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição**. 2000. 175f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253539> . Acesso em: 29 jan.2019.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Universidade em Foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROCHA, C. S. **Por que eles abandonam? Evasão de bolsistas Prouni dos Cursos de Licenciaturas**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SANTOS J.; REAL, G. C. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-402, Aug. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772017000200385&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200385&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 15 maio 2019.

SANTOS, B. S.; SANTOS, P. K.; DAVOGLIO, T. R. A Percepção dos Estudantes sobre o Abandono e a Permanência na Educação Superior. *In*: SANTOS. et al. **Una Visión Integral del Abandono**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2013. Disponível em: <[https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/\(DOS%20SANTOS,%20DOS%20SANTOS,%20DAVOGLIO\)%20A%20percep%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20sobre%20o%20abandono%20e%20a%20perman%C3%Aancia%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior.pdf](https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/(DOS%20SANTOS,%20DOS%20SANTOS,%20DAVOGLIO)%20A%20percep%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20sobre%20o%20abandono%20e%20a%20perman%C3%Aancia%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Superior.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SCHMITT, R. E. A Permanência na Universidade Analisada sob a Perspectiva Bioecológica: Integração entre Teorias, Variáveis e Percepções Estudantis. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVEIRA, F. R. A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

TINTO, V. **Completing College**: rethinking institutional action. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

VAN ZANTEN, A. Politiques éducatives. *In*: VAN ZANTEN, A. (Dir.) **Dictionnaire de l'éducation**. Paris: Quadrige/PUF, 2008.

VOOS, J. B.A. Políticas de Permanência de Estudantes na Educação Superior: em exame as Universidades Comunitárias Catarinenses. **Tese (Doutorado em Educação)** - Programa de Pós-Graduação em Educação -, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

## SOBRE AS AUTORAS

SIRLEI NADIA SCHIRMER. Pedagoga; Servidora da Universidade Federal do Rio Grande ( FURG); Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde da (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; Área: Educação.

GIONARA TAUCHEN. Doutora em Educação, pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

RECEBIDO: 28/06/2019

APROVADO: 11/07/2019